



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CADAVAL

“Ao Serviço da Comunidade desde 1930”

*Relatório e Contas do Exercício
de 2025*

e

Parecer do Conselho Fiscal





Handwritten signatures and initials:
- Top right: A signature and the initials "A. B. B."
- Middle right: A large, stylized signature.
- Bottom right: A signature and the initials "L. H. B."

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA

- **Introdução**

Caros Irmãos,

O Relatório da Mesa Administrativa referente ao ano de 2025 tem como objetivo dar a conhecer aos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia as atividades e as realidades vividas pela Instituição, durante o exercício da sua Missão quer ao nível do apoio social, quer na melhoria dos serviços prestados e/ou no desenvolvimento das suas atividades ao longo do ano.

A Santa Casa continua diariamente empenhada em oferecer os seus serviços de acordo com as necessidades dos seus Utentes e das suas Famílias em todas as respostas sociais e atividades, para os quais estamos sempre disponíveis para acolher, proteger e cuidar em qualquer uma das nossas áreas de funcionamento.

A Instituição, continua a apostar nas relações institucionais com diferentes parceiros estratégicos o que nos permite desenvolver um trabalho social de qualidade, bem como implementar e dinamizar novos projetos e parcerias de acordo com o nosso Compromisso e Natureza Jurídica.

O documento do Relatório e Contas do ano de 2025 apresenta a situação económica e financeira da vida da Instituição e do seu normal funcionamento, tendo em conta que a mesma desenvolve respostas sociais e atividades em que presta serviços para Utentes e Famílias, cujas condições sociais não tiverem alterações significativas, nos seus rendimentos médios, embora tenham ocorrido atualizações dos valores das pensões e dos salários anuais, que acabaram por não ter um efeito visível nos rendimentos médios disponíveis dos Utentes e Famílias, atendendo aos valores da inflação registados.

Contudo, além deste continuo constrangimento existente na nossa sociedade em geral da existência de baixos rendimentos, cujo diferencial pago mensalmente entre aquilo que é a Participação do Estado e o Custo Médio Mensal dos cuidados que são prestados aos Utentes nas diferentes respostas sociais, realidade que continua a impor um elevado constrangimento na execução destas mesmas atividades às Instituições, no seu



desenvolvimento e na melhoria de todo o funcionamento do Terceiro Setor onde esta Instituição se inclui.

O Estado continua a transferir ano após ano para estas Instituições o exercício da função social do próprio Estado, assumida desde sempre e consagrada na Constituição da República Portuguesa, como uma sua obrigação, a proteção social sobre a Sociedade Civil, mas não consegue completar o ciclo e como tal cria enormes constrangimentos no Terceiro Setor.

Por outro lado, verificamos também que o ano de 2025 continuou, marcado pela guerra entre Rússia e a Ucrânia, um conflito que extravasa as fronteiras destes dois países, pois embora estejamos num país neutro, mas integrado na Comunidade Europeia as subidas dos preços dos bens essenciais e o esforço financeiro do Estado no apoio às decisões tomadas ao nível do Conselho Europeu têm sempre efeitos colaterais, nas Instituições públicas e privadas dos países da Europa, não fugindo esta Instituição, aos efeitos das decisões governativas e aos efeitos das subidas de preços de bens e produtos essenciais em todos setores de atividade.

A Mesa Administrativa, ainda sobre o enquadramento da Instituição ao nível social e económico, embora e apesar de todos os constrangimentos que foram surgindo ao longo do tempo, manteve sempre um espírito positivo e de persistência, pelo que as decisões da Mesa Administrativa da Santa Casa, foram sempre no sentido de manter todos os compromissos e a colaboração com todas as parcerias já estabelecidas nos anos anteriores, com todas as entidades públicas e privadas, quer a nível do concelho quer a nível nacional das quais destacamos as seguintes entidades:

- O Município do Cadaval
- A Guarda Nacional Republicana
- A Rede Social do Concelho;
- O Agrupamento Escolas do Cadaval;
- O Conselho Municipal de Educação;
- As Juntas de Freguesia do Concelho Cadaval;
- A Associação Leader Oeste;
- A Delegação do Cadaval da Cruz Vermelha Portuguesa;
- As I.P.S.S. do concelho;
- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Cadaval;
- O Instituto da Segurança Social, I.P.;
- O Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Diversas entidades públicas, como Escolas Técnico Profissionais, Institutos Politécnicos e Faculdades.



A Santa Casa da Misericórdia deu por isso continuidade de forma geral aos objetivos previstos no seu Plano de Ação que passa no essencial, pelo cumprimento da sua Missão no âmbito da Assistência à Terceira Idade, com as respostas sociais da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas/ERPI, o Centro de Dia/CD e o Serviço de Apoio Domiciliário/SAD. Na área de apoio à Infância mantivemos o funcionamento da Creche e do Jardim “As Pintinhas”.

Na área da Saúde a Instituição continuou a disponibilizar todos os serviços disponíveis de Aconselhamento e Acompanhamento farmacêutico aos Clientes da Farmácia da Misericórdia, apostando numa relação de aproximação às necessidades dos Clientes, promovendo um atendimento fiável por via de um quadro de pessoal técnico, especializado para o efeito, cujo conhecimento científico que é prestado no momento do atendimento ao Cliente faz toda a diferença.

A Mesa Administrativa entende por isso, que a Santa Casa enquanto agente local da economia social e com as responsabilidades que tem ao nível da promoção e desenvolvimento de atividades e prestação de serviços na área social no concelho do Cadaval, ao nível de apoio à sociedade civil, cumpriu todos os seus objetivos de uma forma abrangente, desenvolveu e melhorou as suas atividades e continua empenhada em vir a disponibilizar mais respostas sociais no âmbito do seu Compromisso, demonstrando durante o ano a sua adaptabilidade para com as necessidades da nossa Comunidade, dos Utentes e das suas Famílias, gerações após gerações.

AÇÕES E INTERVENÇÕES

1. Terceira Idade

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas ERPI - N.º Sr.ª da Conceição

É uma resposta social que tem como objetivo garantir o alojamento permanente para pessoas com autonomia ou em situação de perda de independência, um local onde o Utente pode beneficiar e dispor da intervenção de equipas técnicas multidisciplinares, constituídas por profissionais experientes que proporcionam apoio social, cuidados de saúde, higiene e alimentação todos os dias do ano, 24 horas por dia.

A ERPI tem uma capacidade/lotação e um acordo de cooperação para 64 Utentes residentes, dos quais 6 são reservados a vagas do ISS, I.P., encontrando-se normalmente com a sua capacidade lotada.



O custo médio mensal da resposta por Utente foi de 1.650€.

O número médio de trabalhadores afetos a esta resposta é de 42.

No ano de 2025 esta resposta social cumpriu com os objetivos, concretizamos e disponibilizamos os serviços inerentes a este tipo de equipamento, executámos o Plano de Atividades do qual constavam diversas atividades lúdicas internas e diversas saídas ao exterior da ERPI, nomeadamente a locais com interesse para os Utentes, procedemos à celebração das épocas festivas e datas comemorativas de maior interesse para a comunidade residente, por outro lado e em parceria com outras Instituições participamos em diversas ações concelhias com as restantes I.P.S.S. do concelho, algumas promovidas pela Rede Social e pelo Município do Cadaval.

Centro de Dia/CD

O Centro Dia é uma resposta social diferenciada que funciona acoplada ao edifício da ERPI e que pode incluir todos os serviços necessários à promoção da qualidade de vida do Utente/Cliente, exceto o seu alojamento.

Tem uma capacidade/lotação para 40 Utentes e um acordo de cooperação para 31 e verificou-se uma frequência média de 21 utentes.

O custo médio mensal da resposta por utente no Centro de Dia foi de 578€.

O número médio de trabalhadores afetos a esta resposta social é de 5.

Nesta resposta social, em situações ocasionais, efetuamos o Acolhimento Temporário em ERPI de Utentes utilizadores do Centro Dia, de modo a realizar a sua recuperação física, normalmente associada a situações de pós-operatório ou agravamento do estado de saúde por diversos motivos.

No ano de 2025, esta resposta social cumpriu com os seus objetivos inerentes ao seu funcionamento, disponibilizando todos os serviços possíveis aos Utentes que frequentam o Centro de Dia, os quais participam e são também normalmente incluídos nas atividades que se realizam quer internamente, quer no exterior de acordo com o seu interesse pessoal e conforme o Plano Mensal de Atividades interno.



A Instituição deu preponderância à realização de trabalhos desenvolvidos internamente com os Utentes, bem como à criação de momentos individuais e/ou em grupo de atividades de Motricidade e Lúdicas, nomeadamente com a realização de trabalhos para a comemoração das épocas festivas, como Carnaval; Pascoa; Santos Populares; Dias Religiosos e Natal, continuámos sempre que possível a divulgar e a interagir com as Famílias dos Utentes e a partilhar imagens das nossas atividades na nossa pagina do Facebook da ERPI.

Dentro das atividades propostas, realizámos diversas saídas ao exterior para momentos de lazer, como pequenos passeios de autocarro e em grupos organizados, com deslocações à Serra de Montejunto; Santuário de Fátima; Praia da Nazaré; Sr^o Jesus do Carvalhal; Parque Natural de Sintra; Assistir ao Teatro Revista à Portuguesa; Deslocação tarde cinema Arena Shopping; Deslocação à tarde Sénior Adiafas 2025; Comemorações do dia dos Avós; Visita às iluminações de Natal de Caldas Rainha, Óbidos e Cadaval.

2. Infância

Creche “As Pintinhas”

É uma resposta social destinada a Utentes com idades compreendidas entre os 4 meses e os 36 meses, dispõe de um espaço de berçário e 3 salas equipadas para acolher e integrar Utentes que iniciem a utilização deste tipo de resposta.

A creche tem atualmente uma capacidade para 64 Utentes resultado de uma adenda realizada sob o acordo de cooperação em vigor.

A creche teve uma frequência média de 63 Utentes.

O custo médio mensal da resposta por Utente foi de 553€.

O numero médio de trabalhadores afetos a esta resposta é de 19.

Nesta resposta social a partir do início do novo ano letivo 2024/2025, ou seja, a 1 setembro de 2024, deu-se continuidade à implementação da Medida de Apoio às Famílias referente à utilização Gratuita da Creche, decorrente da publicação da Lei nº 2 de 2022 e da Portaria nº 198/2022 que fixou como gratuita a utilização desta resposta da Creche, para todas as crianças nascidas a partir do dia 1 de setembro de 2021, encontrando-se assim com a sua capacidade lotada.



Alcibéu
Alcibéu
Alcibéu
Alcibéu
Alcibéu

Jardim de Infância “As Pintinhas”

Uma resposta social destinada a Utentes com idade a partir dos 3 anos até ao seu ingresso no 1º ciclo do Ensino Básico, dispõe de 3 salas equipadas. A resposta manteve a abertura para a frequência exclusiva da componente letiva gratuita, sempre que existam vagas disponíveis.

O Jardim de Infância tem capacidade para 75 Utentes e um acordo de cooperação para 75 e teve uma frequência média de 36 Utentes.

O custo médio mensal da resposta por Utente foi de 514€.

O número médio de trabalhadores afetos a esta resposta é de 6.

Nesta resposta social, a Mesa Administrativa, em virtude do reduzido número de Utentes inscritos, manteve a sua decisão anterior de colocar em funcionamento apenas duas salas no ano letivo de 2025/2026.

Atividades da Creche e Jardim de Infância “As Pintinhas”

No decorrer do ano de 2025 foi executado e implementado o Projeto Educativo e os Projetos Pedagógicos das diversas salas que foram construídos pela Equipa Pedagógica nos quais foi dado primazia ao acompanhamento dos Utentes, dentro do espaço da sala com vista ao seu desenvolvimento Pessoal, Cognitivo e Lúdico.

Estas respostas sociais participaram, conforme o habitual, em diversas atividades lúdicas de âmbito local em parceria com as demais entidades com responsabilidade nas áreas da infância com o apoio do Município, nomeadamente no desfile Escolar de Carnaval; na Semana da Floresta; Dia Mundial da Arvore; Direitos das Crianças/CPCJ do Cadaval.

Foi também realizada a Colónia de Férias aberta na última quinzena do mês de julho na praia do Baleal, esta iniciativa foi apenas concretizada com os Utentes do Jardim de Infância/Pré-Escolar.

No decorrer do ano foram também realizados alguns passeios pedagógicos para o exterior, nomeadamente deslocações ao Teatro a Lisboa, visita ao Jardim Zoológico, Oceanário, deslocação ao Circo de Natal, ao Cinema e Vila Natal Óbidos.

No final do ano, foi realizada a Festa de Natal, um evento que permitiu juntar as Famílias e os Utentes e todos os Colaboradores das respostas sociais da Creche e Jardim de Infância, um momento natalício com diversas representações e atividades preparadas com os



Utentes, que proporcionaram um momento de grande convívio, onde não faltaram as prendas, oferecidas pela Instituição aos Utentes, entregues pelo Pai Natal.

3. Farmácia

A Farmácia da Misericórdia manteve o seu normal funcionamento e a sua total disponibilidade para o Aconselhamento/Acompanhamento de todos os Clientes, caracterizado por um Atendimento profissional e personalizado em que cada Cliente é um Amigo.

Mantivemos a fidelização dos nossos Clientes, demos continuidade à operacionalização do Cartão Cliente “Cartão+Vantagem” que promove a acumulação de créditos sob o valor das compras efetuadas para descontar em compras futuras na Farmácia.

Continuámos a promover e a dar continuidade às parcerias com as IPSS’S e Associações do concelho no que diz respeito à venda de especialidades farmacêuticas, permitindo dessa forma dar prossecução ao volume de vendas mensais da farmácia e por outro lado apoiar, estas IPSS e Associações com um valor monetário mensal, sobre o volume de receitas aviadas sob a forma de um donativo, apoiando assim o desenvolvimento das suas atividades.

Continuámos a promover e a dar visibilidade aos serviços de proximidade de modo a atrair novos Clientes e inverter as tendências do setor e promovemos mais uma Edição do evento social da Caminhada da Primavera 2025.

Continuámos a dispor na Farmácia de um serviço de Acompanhamento/Aconselhamento Nutricional, prestado por uma Técnica Nutricionista.

Promovemos e efetuamos diariamente vários Rastreios e Ações, numa lógica de promoção da vida saudável ao nível dos Diabetes; Glicemia; Medição de Tensão Arterial; Vacinação contra Gripe e Covid 19 etc.

Mantivemos, junto do principal fornecedor de especialidades farmacêuticas o Grupo OCP-Portugal – S.A., uma parceria com as Farmácias da Santa Casa da Misericórdia da Arruda dos Vinhos e de Cascais o que nos permite obter vantagens competitivas na aquisição de especialidades farmacêuticas.

O numero médio de trabalhadores afetos à Farmácia da Misericórdia é de 8.



Alcides
Alcides
Alcides
Alcides

4. Prédios Urbanos

Dentro deste âmbito de atuação, a Instituição continua a dispor de 9 vivendas geminadas destinadas a habitação social, que visam alojar sob a forma de arrendamento, algumas famílias socialmente mais desfavorecidas, visando a promoção e a integração posterior das mesmas na comunidade.

Mantivemos um Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal do Cadaval para o alojamento de 1 Família socialmente desfavorecida, que utiliza uma das habitações.

Relativamente ao edifício “Maria Violeta” mantém-se como uma atividade complementar de apoio a residentes seniores, com disponibilidade para arrendamento de 6 frações urbanas que se encontram de momento arrendadas, bem como a loja do rés-do-chão que foi arrendada ao Laboratório Reymão Pinto (Grupo Affidea), com quem a Misericórdia já tem uma parceria antiga no arrendamento de outro espaço no edifício 2 da Infância, tendo agora mudado o referido local de arrendamento, com um significativo aumento da renda mensal.

5. Prédios Rústicos - Exploração

É uma atividade que mantém uma dinâmica de exploração direta e do arrendamento rural aos agricultores.

A exploração direta consiste na produção da madeira eucalipto e de pinheiro e na construção de uma área de montado/sobreiros em dois prédios rústicos da Instituição, nomeadamente no “Casal Fidalgo e Casal da Velha” (madeira de eucalipto, pinheiro e montado) e o no “Covão” (madeira de eucalipto).

No que reporta aos arrendamentos rurais ao agricultor autónomo nas áreas do prédio rustico “Casal Fidalgo e Casal da Velha”, ocorreram algumas reconversões de arrendamento nomeadamente a mudança de titulares de áreas arrendadas, conforme é habitual por motivo de fim e atividade.

6. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS e Rendimento Social de Inserção - RSI

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social/SAAS é um serviço de apoio à população de âmbito concelhio, realizado de forma descentralizada e que conta com a parceria varias entidades locais, como Juntas de Freguesia que tem como objetivo principal o Informar, Aconselhar e Encaminhar para Respostas e/ou Serviços ou Prestações Sociais adequadas às mais diversas situações sociais, referentes aos Indivíduos e/ou



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CADAVAL

“Ao Serviço da Comunidade desde 1930”

Famílias, visando sempre a promoção da sua autonomia própria e o seu enquadramento futuro na sociedade civil de forma a retomarem o desenvolvimento da sua vida pessoal.

O Rendimento Social de Inserção/RSI é um serviço de apoio também à população de âmbito concelhio, que se destina a proceder à avaliação e verificação das necessidades socioeconómicas de indivíduos, é um mecanismo de combate à pobreza, tendo como principal objetivo assegurar aos cidadãos e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e paralelamente, favorecer a progressiva inserção social, laboral e comunitária.

A execução destes serviços de apoio social por parte da Santa Casa, resulta da celebração de um Protocolo de Cooperação que foi outorgado com o Município do Cadaval e que se encontram a decorrer, após aquela entidade ter assumido estas competências da Ação Social, no âmbito do processo de transferências entre o Governo e os Municípios e o Município do Cadaval ter decidido convidar a Santa Casa para a sua execução em parceria, por a mesma já se encontrar a executar este trabalho, por via de um Acordo anteriormente celebrado com o Instituto da Segurança Social, IP.

Atualmente esta área social de trabalho é desenvolvida por 3 técnicos das áreas das ciências sociais e o seu funcionamento/atendimento geral, continua a ser realizado nos serviços administrativos da Instituição, sendo que os indicadores de referência gerais, do ano de 2025 foram os seguintes:

	SAAS	RSI
Nº atendimentos	1.179	140
Processos trabalhados	167	28
Acordos de Intervenção Social	38	-
Contratos de Inserção	-	24
Freguesias com maior incidência	UF Cadaval e Pero Moniz e UF Lamas e Cercal	UF Cadaval e Pero Moniz e UF Lamas e Cercal

7. Recursos Humanos:

Caracterização do Quadro de Pessoal da Instituição

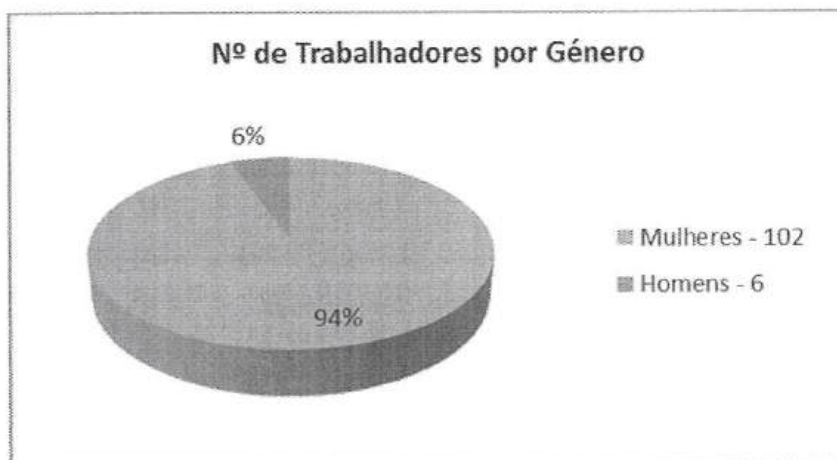
Nº Médio de Trabalhadores	94
Média de Idades	44
Média Salarial	1.262€
Nº Total de Trabalhadores a 31 Dezembro	108



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. Sá', 'A. Sá', and 'M. Sá'.

Relativamente aos Recursos Humanos a Instituição mantém como sempre tem vindo a acontecer e sempre que é possível uma política de permanência, transformando os contratos de trabalho a termo resolutivo certo e/ou incerto em contratos de trabalho sem termo, tendo como orientação e objetivos as qualificações e as necessidades da própria Santa Casa, ou seja, dotar as respostas sociais e as atividades dos recursos humanos imprescindíveis, para prestar os serviços com o maior rigor, certeza e qualidade.

Os recursos humanos que se encontra em regime de contrato de trabalho a termo, resultam normalmente e na maioria das vezes da necessidade de se efetuar a substituição direta e/ou indireta de colaboradores que se encontram ausentes por motivo de incapacidade para o trabalho/baixa, no gozo de férias por licença de maternidade, assistência à família e gozo de licença sem retribuição.



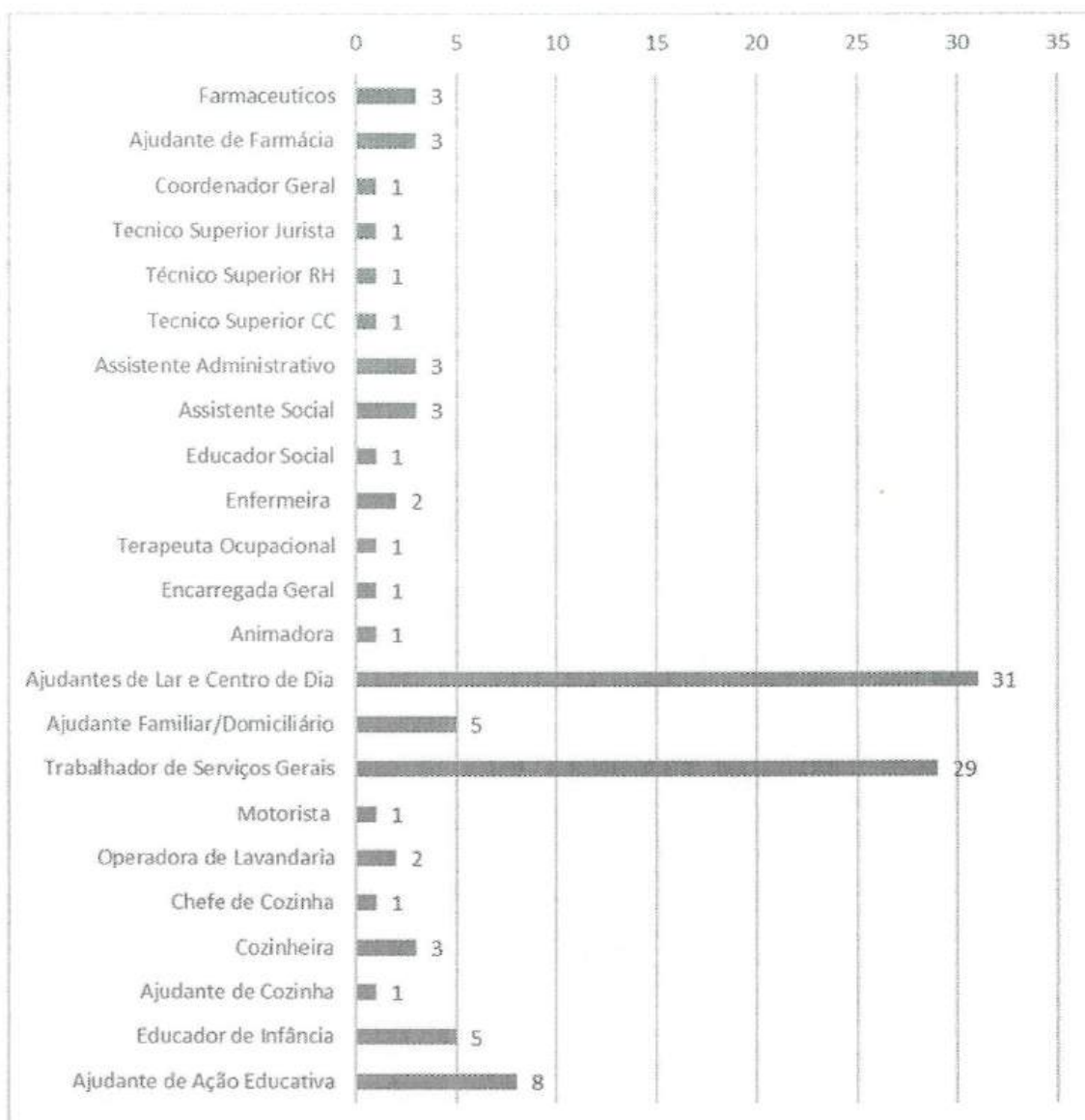


“Ao Serviço da Comunidade desde 1930”

A Santa Casa continua como sempre a facultar e a incentivar a continuação da melhoria de aquisição de competências dos seus trabalhadores, quer seja por via da realização de ações de formação interna ou externa, quer no deferimento da tentativa de melhoria das qualificações pessoais por via do ensino regular quando o colaborador tem essa vontade e decide usufruir do estatuto de trabalhador estudante.

Ao nível da formação profissional durante o ano de 2025 a Instituição promoveu diversas ações de formação que incidiram sobre áreas diversificadas e transversais com interesse para os trabalhadores das diversas respostas sociais e ou atividades em funcionamento.

Quadro/Mapa dos Recursos Humanos por Categorias Profissionais





Assinatura
DR. Ribeiro

8. Âmbito Geral

Dentro das dinâmicas habituais da Instituição ao nível dos recursos humanos no ano anterior mantiveram-se as parcerias com o Agrupamento de Escolas do Cadaval, com as Escolas Técnico Profissionais da Região Oeste, com os Institutos Politécnicos e Universidades no âmbito da celebração de Protocolos de Estágios Curriculares, que visam promover o acolhimento de alunos destas entidades, naturais ou residentes no concelho para a realização dos estágios curriculares em contexto de trabalho.

A Instituição deu continuidade também os diversos contratos de prestação de serviços com algumas empresas e prestadores de serviços individuais, situações nas quais a Santa Casa delega responsabilidades e que assim nos permitem obter certificação da conformidade de funcionamento de determinados processos, nomeadamente na âmbito da recolha dos resíduos do tipo hospitalar, referentes aos tratamentos realizados na ERPI e resíduos da Farmácia, também no âmbito da Medicina e Higiene no Trabalho, bem como na implementação das Medidas do Controlo Alimentar/HACCP.

Ocorreu a continuidade da prestação de serviços com Técnica/Nutricionista para elaboração das ementas semanais/mensais das respostas da Terceira Idade e Infância, permitindo um acompanhamento continuado na preparação das refeições dos Utentes e ainda a realização de consultas de aconselhamento nutricional na Farmácia da Santa Casa.

Mantivemos a prestação de serviços com o Médico de Clínica geral para o acompanhamento da situação dos Utentes residentes na ERPI.

Mantivemos a continuidade da prestação de serviços com 1 professor de música para o desenvolvimento da Atividade Extracurricular para os Utentes da infância uma atividade que a Santa Casa proporciona a todos os Utentes da Creche e do Jardim de Infância de forma gratuita durante o ano Letivo.

No final do ano de 2025 a Instituição realizou mais um Jantar de Natal entre os Órgãos Sociais e os Colaboradores um momento de convívio que permite celebrar esta época festiva em ambiente natalício e por outro lado aproximar e garantir unidade entre todos os que de uma forma ou outra, trabalham diariamente para garantir o funcionamento da Instituição.



Alcib
21/10/25
[Handwritten signature]

INVESTIMENTOS

EDIFÍCIOS/PROJETOS

Relativamente a projetos e investimentos a Instituição deu início à execução da obra aprovada na candidatura ao PARES 3.0 para a construção de um edifício novo para a implementação de duas novas respostas sociais, um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão/CACI e um Lar Residencial/LR para pessoas com Multideficiências, o investimento total da obra consignada é de 2.649.013,09€ cuja comparticipação do financiamento público será de 1.425.195,00€, correspondendo 1.283.850,00€ para (Infraestruturas) e 141.345,00€ para (Equipamento Móvel).

A empreitada encontra-se a decorrer e o prazo de execução de 540 dias, com previsão de fim para o mês de novembro 2025, teve de ser prorrogado por 9 meses, com término a agosto de 2026, devido essencialmente às condições climáticas do ultimo inverno, que foram muito desfavoráveis ao andamento das obras exteriores.

Durante o decorrer do ano 2025 a instituição avançou também com a contratação de diversos trabalhos de melhoria do seu edificado em geral, nomeadamente a substituição de portas e janelas no edifício Sede (Infância e Farmácia) por material PVC, reposição de equipamentos, aquisições diversas de bens móveis e obras de manutenção de edifícios, essencialmente no seu interior.

A Instituição deu continuidade à tramitação administrativa sobre algumas candidaturas apresentadas ao PRR/Fundo Ambiental no âmbito da eficiência energética que, no âmbito da Mobilidade Verde Elétrica, estão em curso a aquisição de 2 viaturas de tipologia 9 lugares com 2 cadeiras, e 5 lugares + 1 (cadeira).

A Santa Casa procedeu à demolição e limpeza do imóvel adquirido na Rua Padre José Inácio Pereira, para onde desenvolveu um projeto para construção de um edifício habitacional, junto ao edifício onde esta a funcionar a Farmácia a Creche e o Jardim de Infância, para uma futura construção de um edifício de 3 pisos, dos quais 2 com a Tipologia de T1 para habitação.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Resposta Social da ERPI

- ⇒ Equipamento para Apoio à Mobilidade/Ajudas Técnicas
- ⇒ Equipamento para os Quartos/Camas Articuladas



- ⇒ Equipamento Cozinha/triturador
- ⇒ Equipamento para Aquecimento de águas/Caldeiras
- ⇒ Equipamento Informático Software e Hardware
- ⇒ Equipamento SCIE – Segurança contra Incêndios
- ⇒ Equipamento de saúde/monitor de sinais vitais

Serviços Administrativos

- ⇒ Equipamento Informático Software e Hardware
- ⇒ Mobiliário Administrativo

Edifício Maria Violeta

- ⇒ Equipamento desumidificador

Creche, Jardim de Infância “As Pintinhas”

- ⇒ Equipamento Didático, Pedagógico e de Motricidade

Geral

- ⇒ Manutenções e Reparações diversas em todos os Edifícios e Veículos

9. Considerações Finais

Assim e considerando todos os esclarecimentos que foram apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa este órgão tem como entendimento que as Contas do Exercício do ano de 2025, refletem os Resultados Objetivos e Concretos da Instituição e são o resultado de um acompanhamento continuado e constante por parte da Mesa Administrativa, continuámos a garantir a sustentabilidade, sem nunca perdermos de vista nem o rumo, nem a orientação dos princípios éticos e sociais expressos no Compromisso desta Instituição.

O ano de 2025 apesar dos impedimentos que nos foram sendo colocados e de todos os desafios que tivemos de ultrapassar na gestão diária de toda a Santa Casa, terminou com um Resultado Líquido Positivo de 279.742,52€.

Este Resultado Líquido Positivo levou a que a Instituição tenha conseguido, executar o cumprimento integral de todos os seus Compromissos e Obrigações, nomeadamente para com os seus Trabalhadores, Fornecedores e demais entidades Públicas e Privadas.

De referir também que tendo em conta os compromissos assumidos pela Mesa Administrativa em representação da Santa Casa, nomeadamente decorrente da celebração do contrato de empreitada que foi outorgado, para a construção da obra do CACI com LR,

*Assim
Archie*



cujo valor vem obrigar a Mesa a realizar uma gestão ainda mais prudente de todos os fatores sociais e económicos do funcionamento, pois o valor do Financiamento Público para a construção da obra suporta apenas o correspondente a 48,47%, do valor adjudicado (2.649.013,09€) ou seja, a Instituição tem que suportar pelo menos, um valor de 1.365.163,09€ à sua conta, sem contar com o pagamento da prestação de serviços da Fiscalização e Coordenação da Obra e dos eventuais trabalhos complementares, que estão a surgir durante a execução da empreitada, por erros ou omissões dos projetos, situações consideradas habituais neste tipo de construção e com esta dimensão.

A Mesa Administrativa fica mais uma vez totalmente envolvida no acompanhamento integral deste assunto e na sua execução diária, trata-se por isso de um acréscimo de trabalho de elevada exigência, que vem crescer ao normal funcionamento da Instituição.

Para o qual é imprescindível uma gestão constante e um articular de decisões imediatas entre a Mesa Administrativa os Técnicos da Instituição a equipa de Fiscalização os Projetistas e a Entidade Executante/Empreiteiro, com o objetivo de se conseguir uma eficaz e eficiente execução da empreitada, salvaguardando sempre os interesses da Santa Casa por um lado e por outro procurando, mitigar os efeitos colaterais que possam inflacionar o custo final da empreitada, de uma obra desde já e por si só, bastante complexa pois também os seus futuros Utentes assim o são, pelas suas características pessoais.

Por ser uma área de trabalho difícil e uma necessidade desde há muitas décadas identificada e ambicionada para o concelho do Cadaval, que visa colmatar um défice de acompanhamento numa área da nossa sociedade civil, que são os cidadãos com multideficiências que atualmente e diariamente recebem algum apoio técnico fora do concelho.

A atual Mesa Administrativa, tomou esta decisão e deu assim este passo que tinha sido iniciado anteriormente pela Mesa cessante, tem a certeza que o esforço económico e financeiro da Santa Casa, será reconhecido pelas Famílias dos futuros Utentes, pela nossa Comunidade, pelo próprio Município do Cadaval que vê nesta obra um engrandecimento da oferta social disponível no concelho, uma oferta diferenciada para toda a região Oeste com este novo Lar Residencial para Pessoas com Multideficiência e inclusive uma redução mensal no apoio em deslocações destes cidadãos para outros concelhos, bem como a criação de mais postos de trabalho diferenciados para fixar os jovens do nosso concelho com formação na área da multideficiência.

Como se costuma dizer no senso comum alguém tinha que correr este risco, a necessidade existia e, como sempre, a Santa Casa da Misericórdia do Cadaval cá está para responder à nossa Comunidade, para cumprir com as Catorze Obras das Misericórdias, desde o ano de 1930.



Por último a Mesa Administrativa agradece a todos os elementos dos diferentes Órgãos Sociais da Santa Casa, nomeadamente à Mesa da Assembleia Geral, que garante a estabilidade e a coordenação de todos os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano durante a realização das Assembleias, aos elementos do Conselho Fiscal, pela forma ativa e presente com que colaboram no sentido de aferir e consolidar as ações executadas pela Mesa Administrativa com a verificação das suas contas, ouvindo e partilhando ideias.

A Mesa agradece também a todas as entidades oficiais Públicas e Privadas e aos seus Colaboradores, pois sem eles não teria sido viável atingirmos os objetivos propostos e o cumprimento dos nossos fins sociais, que desenvolvemos e mantivemos em total funcionamento ao longo do ano de 2025, para todos o nosso Muito Obrigado e Bem Hajam.

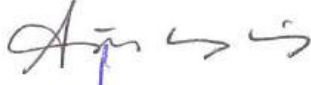

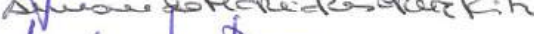

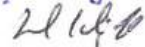
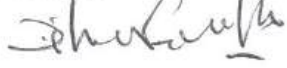
A Mesa Administrativa agradece a confiança e assume o compromisso de continuar motivada e disponível para de uma forma voluntaria, aceitar os desafios que diariamente lhe são colocados.

10. Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2025

A Mesa Administrativa apresenta assim uma proposta no sentido de que os Resultados Líquidos do Exercício do Ano de 2025, no valor de 279.742,52€ (duzentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Cadaval, 11 de março de 2026.

A Mesa Administrativa

Aristides Lourenço Sécio 
Luís Miguel Couto Domingos 
Armanda Maria Reis Cruz Ribeiro 
Augusto Fernando Alves Ramos 
Daniel Filipe Gonçalves Amaro 
Délia Fernanda Nunes Fialho 
Maria Eugénia R. Correia de Sousa

Demonstração de Resultados por Naturezas

(valores em €)


RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e Serviços prestados	17	3.631.910,64	3.398.154,09
Subsídios, doações e legados à exploração	18	145.922,18	153.751,17
Variação nos inventários da produção	7	13.340,00	13.340,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.1	(1.213.154,02)	(1.133.823,43)
Fornecimentos e serviços externos	19	(387.418,18)	(439.158,77)
Gastos com o pessoal	20	(1.991.491,72)	(1.893.709,57)
Outros rendimentos e ganhos	21	298.589,50	270.716,61
Outros gastos e perdas	22	(106.229,21)	(71.881,15)
Resultado antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos		391.469,19	297.388,95
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(111.726,67)	(105.707,08)
Resultado operacional		279.742,52	191.681,87
Resultados antes de impostos		279.742,52	191.681,87
Resultado líquido do período		279.742,52	191.681,87

Albino

Balanço

(valores em €)

RUBRICAS	Notas	PERIODO	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.445.185,49	2.579.740,99
Investimentos financeiros	6	9.865,85	9.015,97
Subtotal		3.455.051,34	2.588.756,96
Ativo corrente			
Inventários	7	257.090,08	237.423,38
Creditos a receber	8	135.104,70	135.497,96
Fundadores/ beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	12,00	33,00
Diferimentos	10	4.110,52	9.134,49
Outros Ativos Correntes	11	904.942,58	1.042.435,32
Caixa e depósitos bancários	12	3.462.627,01	3.659.205,41
Subtotal		4.763.886,89	5.083.729,56
Total do Ativo		8.218.938,23	7.672.486,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		342.508,06	342.508,06
Reservas		449.290,00	449.290,00
Resultados transitados		4.799.736,07	4.608.054,20
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		1.595.704,55	1.540.481,78
	13	7.187.238,68	6.940.334,04
Resultado líquido do período		279.742,52	191.681,87
Total dos Fundos Patrimoniais		7.466.981,20	7.132.015,91
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	360.555,75	182.674,57
Estado e outros entes públicos	15	104.204,46	103.612,36
Outros passivos correntes	16	287.196,82	254.183,68
Subtotal		751.957,03	540.470,61
Total do Passivo		751.957,03	540.470,61
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		8.218.938,23	7.672.486,52

J. Ribeiro
AK Ribeiro


Santa Casa da Misericórdia do Cadaval - NIF:500849463
 Demonstração dos Fluxos de Caixa

(valores em €)

Albino
Albino
AR
D
2012.6

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		3.724.337,72	3.486.421,89
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(1.754.811,00)	(1.601.326,88)
Pagamentos ao pessoal		(1.939.212,35)	(1.820.846,98)
Caixa gerada pelas operações		30.314,37	64.248,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		178.670,79	217.705,62
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		208.985,16	281.953,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(67.179,76)	(97.225,48)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		(622.642,15)	(666.488,82)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.000,00	2.000,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		199.014,24	478.259,39
Juros e rendimentos similares		42.038,47	55.128,56
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(446.769,20)	(228.324,35)
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		41.205,64	36.759,68
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		41.205,64	36.759,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(196.578,40)	90.388,98
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	3.659.205,41	3.568.816,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	3.462.627,01	3.659.205,41



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alcobaça' and 'LUB'.

ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da Entidade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Cadaval é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica e uma Instituição Particular de Solidariedade Social/IPSS, com o respetivo registo lavrado pela inscrição nº 3/88, a fls 68 e 69 do Livro nº 2 das Irmandades da Misericórdia, com publicação no Diário da Republica – III Série - nº 192 de 20/08/1988.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Cadaval é também uma Pessoa Coletiva de Utilidade Publica, titular do NIF nº 500 849 463 e tem a sua sede legal no Largo da Misericórdia, nº 1 - r/c Cadaval 2550 - 184 Cadaval.

A Santa Casa da Misericórdia de Cadaval exerce diferentes atividades e respostas sociais nomeadamente no âmbito do Apoio às Pessoas Idosas (ERPI; CD; SAD); Infância (Creche, Jardim e Ludoteca), Aquisição e Fornecimento de Produtos farmacêuticos (Farmácia); na Habitação Social (Vivendas Unifamiliares); Às Famílias (SAAS); Atividade Agrícola (Prédios Rústicos Arrendamento e Produção de Madeira).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Todos os montantes se encontram expressos em Euros.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.



Handwritten signatures and initials:
A. Pereira
SRB
AR
LH

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Rubrica do Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
4331 - Terrenos e Recursos Naturais	Não Depreciável
4332 - Edifícios e Outras Construções	10 a 50 anos
4333 - Equipamento Básico	6 Anos
4334 - Equipamento de Transporte	5 anos
4335 - Equipamento Administrativo	6 anos



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'ARIBO' and a date '11/10/20'.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros rendimentos ou Outros gastos.

3.2.2. Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afetas à atividade operacional da Instituição, mas são detidas essencialmente para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As depreciações das propriedades de investimento encontram-se a ser efetuadas linearmente, e são registadas na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização", considerando uma vida útil estimada de 50 anos.

As propriedades de investimento construídas ou adquiridas são mensuradas ao custo, enquanto que as propriedades de investimento recebidas por herança ou doação são registadas inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou, de acordo com o Valor Patrimonial Tributário, na ausência de outra determinação de justo valor alternativo, por se entender que se aproxima do seu justo valor.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais se espera a realização de atividades presentes ou futuras são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Conforme preconizado no SNC-ESNL, a rubrica de Propriedades de Investimento encontra-se incluída na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis.

3.2.3. Inventários

Os Inventários estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

A Instituição utiliza o regime de inventário permanente exclusivamente para o registo das especialidades farmacêuticas.



Alf. Alves
Alf. Alves
28.11.20

Os Ativos biológicos estão mensurados e foram estimados tendo em consideração o valor da última venda e considerando o crescimento anual das árvores (produção de madeira) por contrapartida da conta de rendimentos –variação nos inventários de produção.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Dívidas de terceiros/créditos a receber

As dívidas de clientes/utentes e outros terceiros encontram-se registadas de acordo com o método do custo e apresentadas no balanço e refletem o seu valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido liquidação, cancelamento ou expiração.

Estado e outros entes públicos

O saldo da conta de Estado e Outros Entes Públicos, de natureza credora, é constituído pelo valor das retenções e Segurança Social de dezembro de 2025 que serão entregues em janeiro de 2026, bem como pelo valor do IVA a pagar respeitante aos meses de novembro e dezembro de 2025 (que será entregue em janeiro e fevereiro de 2026).

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Rédito

O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a Instituição transfere para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se



referem aos serviços prestados a utentes. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

3.2.5. Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.7. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios do Governo relacionados com a exploração imputam-se ao rendimento do período e são apresentados separadamente como Subsídios à exploração.



Alves
Alves

3.2.8. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Alves
Alves

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.4. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



Arquivo
Arb

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2025
Arb

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Propriedades de Investimento	Investimentos em curso	Totais
Ativo bruto								
Saldo em 31 Dezembro 2024	220.689	2.456.574	526.038	306.947	99.424	627.511	822.121	5.059.305
Aquisições		57.907	3.997		5.276		909.991	977.171
Revalorizações								
Alienações				15.816				15.816
Saldo em 31 Dezembro 2025	220.689	2.514.481	530.035	291.132	104.700	627.511	1.732.112	6.020.660
Depreciações e perdas imparidade acumuladas								
Saldo em 31 Dezembro 2024		1.468.166	488.936	233.196	85.732	203.534		2.479.564
Depreciações do período		61.680	11.962	19.646	5.430	13.009		111.727
Alienações				15.816				
Saldo em 31 Dezembro 2025		1.529.846	500.898	237.026	91.162	216.542		2.575.475
Valor líquido	220.689	984.635	29.137	54.106	13.538	410.969	1.732.112	3.445.185

As propriedades de investimento são objeto de contratos de arrendamento.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Descrição	2025	2024
Rendimento de rendas	55.824	49.758
Depreciações do exercício	13.009 €	12.453 €
Resultado	42.816 €	37.304 €

6. Investimentos Financeiros

No quadro seguinte é apresentada a desagregação dos valores inscritos na rubrica Investimentos Financeiros:

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros		
Titulos Infarma /ANF	2.782 €	2.652 €
Ações Farminveste SGPS.SA	1.200 €	480 €
FCT - Fundo Compensação Trabalho	5.884 €	5.884 €
Total	9.866 €	9.016 €



Beira
Arê
Arê
Arê
Arê

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Inventários apresentava os seguintes valores:

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2025			31.12.2024		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	115.382€	0	115.382€	105.994€	0	105.994€
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.328€	0	8.328€	11.389€		11.389€
Ativos Biológicos	133.380€	0	133.380€	120.040€	0	120.040€
Totais	257.090€	0	257.090€	237.423€	0	237.423€

7.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			Ano 2025			Ano 2024			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	105.994 €	11.389 €	117.383 €	101.986 €	13.051 €	115.037 €	
	Compras	Compras	+	1.007.710 €	211.436 €	1.219.146 €	918.268 €	217.764 €	1.136.032 €
		Devoluções de compras	-	3.007 €		3.007 €	2.981 €		2.981 €
		Descontos e abatimentos em compras	-	42 €		42 €			0 €
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	-			0 €			0 €
		Perdas em sinistros	-			0 €			0 €
		Perdas por quebras	-			0 €			0 €
		Outras perdas	-			0 €			0 €
		Ofertas e amostras	-			0 €			0 €
		Ganhos em sinistros	+			0 €			0 €
		Ganhos por sobras	+			0 €			0 €
	Outros ganhos	+		3.385 €	3.385 €		3.118 €	3.118 €	
Inventários no fim do período	-	115.382 €	8.328 €	123.710 €	105.994,37 €	11.389,01 €	117.383,38 €		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	995.273 €	217.881 €	1.213.154 €	911.279 €	222.544 €	1.133.823 €		
Perdas em inventários	+	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
Ofertas e amostras de inventários	+	0 €		0 €	0 €		0 €		
Totais	=	995.273 €	217.881 €	1.213.154 €	911.279 €	222.544 €	1.133.823 €		



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. Sá', 'A. Sá', and 'H. H.' with arrows pointing to the tables.

8. Créditos a receber

No quadro seguinte é apresentada a desagregação dos valores inscritos na rubrica Créditos a receber:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes	119.531 €	113.200 €
Clientes Diversos Farmácia	12.375 €	16.282 €
Utentes c/c	107.018 €	96.918 €
Rendeiros	137 €	0 €
Outras contas a receber		
Adiantamento ao pessoal	130 €	0 €
C/C com Utentes	15.444 €	22.298 €
Total	135.105 €	135.498 €

9. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresenta os seguintes saldos

Descrição	2025	2024
Quotas	12 €	33 €
Total	12 €	33 €

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Diferimentos apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo Corrente		
Gastos a reconhecer - Seguros	4.111 €	9.134 €
Total	4.111 €	9.134 €

11. Outros ativos correntes

A rubrica de Outros ativos correntes, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Vendas diferidas (Organismos)	64.736 €	56.534 €
Juros de depositos bancarios	19.785 €	31.465 €
PRR-Mobilidade Verde	27.000 €	7.500 €
PARES 3.0- Construção Edif.CACI e LR	793.421 €	946.936 €
Total	904.943 €	1.042.435 €



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alcibio' and 'H. U. U.' with a circled 'U'.

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.280 €	1.371 €
Depósitos à ordem	281.347 €	477.834 €
Depósitos a prazo	3.180.000 €	3.180.000 €
Total	3.462.627 €	3.659.205 €

13. Fundos patrimoniais

Nos Fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	342.508 €			342.508 €
Reservas	449.290 €			449.290 €
Resultados transitados	4.608.054 €	191.682 €		4.799.736 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.540.482 €	65.000 €	9.777 €	1.595.705 €
Subsídios ao investimento	1.537.363 €	65.000 €	9.777 €	1.592.586 €
PIDDAC	66.129 €		4.042 €	62.086 €
RIME	26.039 €		735 €	25.304 €
PRR/MOBILIDADE VERDE -SAD	20.000 €		5.000 €	15.000 €
PRR/MOBILIDADE VERDE -Viatura 9 lugares	0 €	40.000 €		40.000 €
PRR/MOBILIDADE VERDE -Viatura 5+1 lugar	0 €	25.000 €		25.000 €
PARES 3.0	1.425.195 €			1.425.195 €
Doações	3.119 €			3.119 €
Total	6.940.334 €	256.682 €	9.777 €	7.187.239 €

14. Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores encontra-se discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores C/C	360.556 €	182.675 €
Total	360.556 €	182.675 €

15. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Retenção na fonte - trabalho Dependente (IRS)	6.581 €	6.516 €
Retenção na fonte - trabalho Independente (IRS)	308 €	338 €
Retenção na fonte - Prediais (IRS)	88 €	79 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	61.018 €	61.660 €
Segurança Social	36.209 €	35.019 €
Total	104.204 €	103.612 €



Handwritten signature and initials:
F. Ribeiro
L.V.

16. Outros passivos correntes

A rubrica Outros passivos correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Diversas Entidades da Farmacia	1.382 €	1.139 €
Outras operações com pessoal-Retenção tribunal	129 €	58 €
Remunerações a liquidar (Subs Férias)	269.060 €	238.485 €
Acrescimo de Gastos - Fornecimento de água	2.832 €	1.006 €
Acrescimo de Gastos - Fornecimento de eletricidade	6.135 €	5.611 €
Acrescimo de Gastos - Serviços de comunicação	73 €	76 €
Outros Credores	7.585 €	7.809 €
Total	287.197 €	254.184 €

17. Rédito

A rubrica Rendimentos de Propriedade de Investimento refere-se essencialmente às rendas obtidas pelo arrendamento dos imóveis classificados na rubrica Propriedades de Investimento (nota 5).

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	1.379.865 €	1.288.245 €
Venda de Especialidades Farmaceuticas	1.379.865 €	1.288.245 €
Prestações de Serviços	2.252.046 €	2.109.909 €
Quotas dos utilizadores	918.203 €	932.350 €
Quotas e Joias	868 €	404 €
Comparticipações do ISS- Acordos Coop.Tip.	1.288.616 €	1.137.694 €
Serviços Secundários	44.360 €	39.461 €
Vendas e Serviços Prestados	3.631.911 €	3.398.154 €
Rendimentos de propriedades de investimento	55.824 €	49.758 €
Juros	61.823 €	86.594 €
Total	3.749.558 €	3.534.505 €

18. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A natureza e extensão dos subsídios do Governo e apoios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Câmara Municipal do Cadaval	116.076 €	122.375 €
IEFP	19.093 €	23.130 €
Autoridade Tributária e Aduaneira	7.369 €	4.637 €
Donativos em espécie	3.385 €	3.609 €
Total	145.922 €	153.751 €



Apêndice
Além
Alu. de

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos nos períodos de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Trabalhos especializados	37.987 €	31.441 €
Publicidade e propaganda	873 €	998 €
Vigilância e segurança	2.983 €	2.506 €
Honorários	22.202 €	21.535 €
Comissões	1.002 €	982 €
Conservação e reparação	31.233 €	86.538 €
Serviços de saúde	0 €	13 €
Outros serviços especializados	11.065 €	19.568 €
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	18.597 €	18.501 €
Material de escritório	3.359 €	5.339 €
Artigos para oferta	4.092 €	6.000 €
Material didático	2.437 €	1.382 €
Outros materiais	2.622 €	1.022 €
Electricidade	59.392 €	50.847 €
Combustíveis	14.479 €	11.193 €
Água	20.415 €	24.119 €
Gas	22.555 €	22.257 €
Deslocações e estadas	7.159 €	7.547 €
Transportes de mercadorias	282 €	382 €
Rendas e alugueres	10.387 €	11.424 €
Comunicação	13.660 €	12.434 €
Seguros	10.531 €	10.415 €
Contencioso e notariado	106 €	116 €
Despesas de representação	524 €	111 €
Limpeza, higiene e conforto	89.475 €	92.486 €
Total	387.418 €	439.159 €

20. Benefícios dos empregados

A Mesa Administrativa é composta por sete membros efetivos. Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com o que se encontra previsto no Compromisso da instituição.

O número médio de empregados ao serviço da entidade durante o período de 2025 foi de 94.

Discriminação dos Gastos com o pessoal:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	1.631.296 €	1.544.906 €
Remunerações Certas	1.398.855 €	1.322.295 €
Remunerações Adicionais	232.441 €	222.610 €
Indemnizações	1.965 €	3.082 €
Encargos sobre remunerações	330.022 €	314.465 €
Seguro de acidentes no trabalho e doenças	19.729 €	18.258 €
Gastos ação social	3.038 €	5.550 €
Outros gastos com o pessoal	5.442 €	7.449 €
Total Gastos com o pessoal	1.991.492 €	1.893.710 €



Beira
Sten
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

21. Outros Rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Taxas	1.848 €	2.552 €
Rendimentos de imoveis	55.824 €	49.758 €
Serviço de bar	1.533 €	1.399 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	41.206 €	36.760 €
Valorização FCT	0 €	28 €
Ganhos em alienações	2.000 €	2.000 €
Correções relativas a períodos anteriores	41.523 €	51.657 €
Imputações de subsídios para o investimentos	9.777 €	9.777 €
Restituição de impostos	60.759 €	12.629 €
Reembolsos diversos	22.296 €	17.563 €
Juros de depositos	61.823 €	86.594 €
Total	298.590 €	270.717 €

22. Outros gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 os Outros gastos foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Impostos	1.566 €	1.929 €
Correções relativas a anos anteriores	38.089 €	11.137 €
Donativos	34.089 €	32.710 €
Quotizações	1.783 €	1.764 €
Coimas	0 €	437 €
Benefícios a Carenciados -Funeral	1.800 €	0 €
Cartão Vantagens	16.866 €	13.737 €
Comissão ANF	11.805 €	9.908 €
Serviços Bancários	232 €	219 €
Outros	- €	40 €
Total	106.229 €	71.881 €

23. Outras divulgações

23.1. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Em 31 de Dezembro de 2025 a Instituição apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações nos prazos legalmente estipulados.



23.2. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

A Mesa Administrativa apresenta uma proposta no sentido de que os Resultados Líquidos do Exercício do Ano de 2025, no valor de 279.742,52€, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 11 de março de 2026.

23.3. Efeitos dos conflitos bélicos

As perturbações decorrentes dos conflitos que persistem na Ucrânia e no Médio Oriente não foram expressivas nas ações correntes. Não existem relações com os Países beligerantes nem com agentes que tenham sofrido sanções decorrentes do conflito.

Cadaval, 11 de março de 2026.

A Contabilista Certificada

Assinado por: **ÂNGELA MARINA RODRIGUES
BATISTA**
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas
Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº
45180**

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures in blue ink, including the name "Séverina da Silva Ribeiro" and other illegible names.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, em cumprimento do estabelecido no Art.º 31, n.º1 alínea c) do Compromisso desta Santa Casa, reuniu o Conselho Fiscal para submeter à apreciação da Assembleia Geral o seu parecer, sobre o Relatório e Contas da Mesa Administrativa, relativos ao exercício do ano de 2025.

No uso das competências e no exercício das funções que lhe são atribuídas estatutariamente, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade desenvolvida por esta Instituição durante o ano transato, reunindo, e solicitando informação e esclarecimentos da Mesa Administrativa e dos Serviços.

Foram efetuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foram analisados o Balanço e a Demonstração de Resultados, que permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal agradece a colaboração prestada pela Mesa Administrativa, Assessoria e demais Serviços da Instituição.

Tendo em conta o que atrás se relata, o Conselho Fiscal é de parecer que a Digníssima Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório da Mesa Administrativa e as Contas do Exercício de 2025.

Cadaval, 18 de março de 2026

O CONSELHO FISCAL

Pedro Nuno Nobre Nicolau da Silva
Victor Manuel Monteiro Escada
Carlos Manuel Coêlho

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrição n.º 110

Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *Santa Casa da Misericórdia do Cadaval* (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de Dezembro de 2025** (que evidencia um total de **8.218.938** euros e um total de fundos patrimoniais de **7.466.981** euros, incluindo um resultado líquido de **279.742** euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Santa Casa da Misericórdia do Cadaval* em **31 de dezembro de 2025** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo

profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

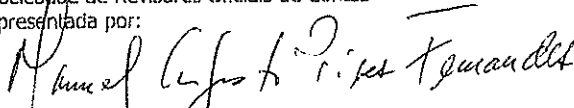
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2026

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Manuel Augusto Pires Fernandes
(R.O.C. n.º 671)